

O setor informal em uma dinâmica de desenvolvimento local: indústria, família e território*

*Beatriz Azevedo***

O objetivo deste texto é analisar a dinâmica de funcionamento do setor informal e de pequenas empresas do Vale do Sinos. A idéia que se pretende desenvolver aqui é a de que a aglomeração local de empresas nessa região constitui a chave do desenvolvimento dessas pequenas unidades de produção.

Uma maneira de argumentar sobre essa idéia é introduzir a dimensão territorial na problemática do desenvolvimento e no estudo do setor informal. É o que se fará em um primeiro momento, introduzindo a noção de **sistema produtivo local** (SPL). O objetivo é apresentar uma série de argumentos teóricos que permitam demonstrar que à racionalidade do setor informal se combina uma lógica territorial. Em um segundo momento, ver-se-á, com base em dados empíricos, como a referência ao território permite explicar a gênese e a reprodução dessas microatividades. Será também a oportunidade de se confrontarem as principais conclusões desse quadro teórico com o caso da região em estudo.

1 - O modelo de SPL: uma problemática de desenvolvimento local

Se a perspectiva de desenvolvimento local inspira toda uma série de trabalhos recentes em torno da noção de SPL, ela se apóia originalmente

* Este texto reúne algumas conclusões parciais da tese da autora, em andamento.

** Economista, Técnica da FEE.

nas reflexões de A. Marshall. O conceito clássico de distrito industrial faz referência a um conjunto de modalidades através das quais recursos locais (naturais, humanos e técnicos) são mobilizados e dão origem a dinâmicas empresariais localizadas (MARSHALL, 1934).

A reatualização do conceito funda-se, no entanto, na realidade italiana e efetua-se em torno dos trabalhos sobre distritos marshallianos (BECCATINI, 1979, 1987) e sistemas localizados (GARAFOLI, 1983, 1986). O tipo ideal de distrito faz referência a um processo de industrialização difusa e a uma profunda divisão local de trabalho, que dá origem a redes de interdependência econômica entre pequenas empresas. A idéia-chave é que esses laços entre unidades de produção são sustentados por um conjunto de práticas sociais e instituições próprias dessas comunidades.

Encontram-se aqui definidos os fundamentos da noção paradigmática de SPL, cujos traços principais podem ser assim resumidos:

- o SPL é um produtor de externalidades específicas. Do ponto de vista da produção, a integração territorial de numerosas empresas especializadas em um mesmo produto e articuladas tecnicamente entre elas confere aos produtores vantagens relativas à divisão do trabalho, à troca de informações, à difusão e à acumulação de competências;
- o SPL faz, principalmente, referência a contextos sócio-culturais e políticos que presidem a emergência desses sistemas territoriais locais; são condições geostóricas específicas, que favorecem uma profunda solidariedade local e a acumulação de um patrimônio cultural na coletividade.

2 - O modelo de SPL: um quadro de análise para o setor informal

Se a noção de distrito industrial é estreitamente vinculada à realidade italiana,¹ a noção de SPL já propõe uma concepção mais ampla de desenvolvimento local. É a procura de efeitos territoriais decorrentes da proximidade geográfica imediata de produtores e de indústrias que é o centro

¹ Sua aplicação restringe-se à interpretação de um tipo de zona onde o ator dominante do desenvolvimento é a pequena empresa e onde existe um tecido industrial difuso.

desse conceito (COURLET, SOULAGE, 1993). Com efeito, é possível retirar desse conceito alguns fatores econômicos e sócio-culturais que podem servir de referência para a análise da dinâmica da pequena produção do Vale do Sinos.

Em primeiro lugar, a figura do ator social: os pequenos produtores, os artesãos, os trabalhadores qualificados, as mulheres em atividade, os jovens, etc., cujo vínculo a uma comunidade constitui um ponto de referência para sua identidade profissional. Sob esse novo ângulo de análise, os atores ganham uma relativa autonomia e espontaneidade face a seu ambiente de trabalho e de vida. A possibilidade que têm, então, esses atores para desenvolver suas próprias estratégias de ação permite afastar o discurso funcionalista redutor de alguns enfoques econômicos que abordam o setor informal somente a partir das exigências globais do capital (LATOUCHE, 1991). Mas o conceito de SPL enfatiza, antes de tudo, o caráter socialmente construído da vontade e do ato de empreender: "(...) o empresário aparece como um agente que aplica suas capacidades para explorar as oportunidades existentes em seu meio ambiente e transforma os resultados desta exploração em um projeto destinado ao sucesso" (MELA, 1992).

Em segundo lugar, a comunidade de trabalho. Esta se revela como um lugar de vida social, mas um lugar onde também se fabrica e se transmite uma cultura própria, da qual podem usufruir todos os membros da aglomeração territorial. Nesse sentido, a análise em termos de SPL alcança uma nova dimensão, que vai além da dominação antes exclusiva da lógica mercantil: as trocas podem ser de uma outra natureza, fundadas em regras particulares dos atores em questão. Neste estudo, a identificação de instâncias sociais tornará possível a percepção dos mecanismos e das regras mais sutis, em torno das quais se articula a pequena produção local.

Finalmente, o contexto político. Em um SPL, a contigüidade das esferas familiar e econômica pode se estender àquela das organizações políticas e sindicais locais; pode-se, inclusive, encontrar uma reciprocidade entre o sistema político e a sociedade civil.

Em suma, o modelo de SPL constitui um nível de organização muito específico. A noção de território faz referência a um espaço complexo de identificações coletivas, econômicas, sociais, políticas e culturais. Essas dinâmicas locais se vinculam, antes de tudo, a uma cultura social particular e a modos de organização industrial enraizados na história das regiões (PECQUEUR, SILVA, 1988). São essas novas variáveis de referência,

explicitadas aqui muito rapidamente, que constituem o plano [grille] de leitura da dimensão local da pequena produção do Vale do Sinos.

3 - A análise da pequena produção manufatureira do Vale do Sinos no quadro da problemática do SPL

O estudo da pequena produção manufatureira resulta de uma pesquisa de campo detalhada, realizada com base em uma amostra de 67 pequenas empresas. Trata-se de uma abordagem monográfica, fundamentada na observação de campo e em entrevistas exaustivas,² organizadas em torno de três temas principais: o perfil e a trajetória sócio-profissional do pequeno produtor, a história de criação e a dinâmica de funcionamento da empresa e, finalmente, as relações entre ela e o seu meio ambiente.

Essa abordagem permitiu identificar o papel importante que têm a indústria, a família e a coletividade na animação da pequena produção local.

3.1 - O Vale do Sinos: o contexto local

O Vale do Sinos constitui um dos principais pólos de fabricação de calçados no Brasil. Sua industrialização, que se estende por 24 cidades, data de mais de um século. Ela se organizou, progressivamente, em torno do artesanato do couro, em meados do século XIX, nessa região, onde dominava a pecuária, e graças aos imigrantes alemães, que exerciam profissões liberais ligadas a essa atividade (curtidores de couro e sapateiros).

No período (1840-880), um artesanato florescente instalou-se em torno da fabricação de selas para cavalos e, em seguida, de calçados. A fabricação de calçados efetuava-se, então, em pequenas unidades de produção, formadas pelo artesão, por sua família e por alguns empregados.

² Os mecanismos específicos que regem o funcionamento dessas pequenas unidades de produção, assim como a complexidade de suas relações locais, impuseram essa abordagem direta e qualitativa, que se valeu igualmente dos ensinamentos da Antropologia.

A partir dos anos 20 até a década de 60 deste século, a indústria de calçados adquiriu pouco a pouco, uma dimensão nacional. Algumas evoluções marcaram a indústria local:

- a passagem do estágio artesanal para o estágio industrial de uma boa parte da atividade manufatureira;
- a afirmação de uma especialização na fabricação de calçados femininos;
- a dominância de um capital regional familiar e a utilização de matérias-primas locais (aspectos endógeno do desenvolvimento).

Enfim, a partir dos anos 60, a indústria local adquiriu uma dimensão internacional, tornando-se a principal zona exportadora de calçados do Brasil: hoje, 70% da produção destina-se à exportação e representa 90% do total das exportações de calçados brasileiros (TECNOLOGIA..., 1992).

Ao longo dos anos, o sistema produtivo local foi se desenvolvendo, e o número de seus efetivos aumentou consideravelmente. Estes passaram de 13.000 em 1960 para cerca de 100.000 em 1990 (as pequenas e microunidades de produção sendo responsáveis por, aproximadamente, 50% desse total). A esses números, devem-se acrescentar 10.000 empregos fornecidos por 500 microempresas informais. Em termos de emprego indireto, a região conta, também, com 100 empresas produtoras de máquinas e equipamentos destinados à indústria do couro e cuja maior parte é constituída de pequenas e médias empresas.

Atualmente, o Vale do Sinos forma uma concentração industrial importante, com bastante autonomia no que se refere à disponibilidade de matérias-primas, máquinas e equipamentos e mão-de-obra especializada. Além de ser composta por todos os segmentos que contribuem para a fabricação de calçados, ela é uma região privilegiada no que tange a instituições que contribuem para o desenvolvimento do setor, fornecendo serviços relativos à exportação, aprendizagem da mão-de-obra e assistência técnica.

Por outro lado, a proximidade geográfica entre produtores favorece uma forma espontânea de articulação, que tem efeitos importantes sobre o nível de produtividade da indústria local. Na realidade, os ganhos em eficiência coletiva e flexibilidade resultam de diversos elementos complementares (SCHIMITZ, 1993):

- uma divisão de trabalho baseada em estratégias de especialização e complementaridade;

- redes entre clientes e fornecedores; e
- desenvolvimento e difusão de inovações tecnológicas (escolas técnicas, centros tecnológicos).

São essas redes internas de integração que conferem às pequenas e às microunidades de produção um papel importante na divisão local do trabalho.

3.2 - A dinâmica da pequena produção no quadro do território

3.2.1 - O pequeno produtor do Vale do Sinos: a divisão local do trabalho, a família e o meio ambiente

A indústria e a divisão do trabalho

A dinâmica da pequena produção explica-se, em grande parte, por sua inserção no quadro territorial do Vale do Sinos. Primeiro, em função do modelo tradicional de organização da indústria local, baseado em uma divisão de ciclos de fabricação, na qual a subcontratação de serviços se destaca como uma prática regular de que fazem uso, em larga escala, a maioria das empresas da região. Do ponto de vista das empresas contratadoras, a subcontratação rentabiliza as empresas e torna-as mais flexíveis às variações da demanda. Do ponto de vista dos subcontratados, ela corresponde a uma oferta de mão-de-obra (mulheres, jovens, aposentados, trabalhadores rurais) que, de outra maneira, já teria sido expulsa do mercado de trabalho.

Se predomina na região uma relação vertical de subcontratação que leva a uma forte dominação dos subcontratados pelos grandes fabricantes, a subcontratação de serviços entre os próprios pequenos produtores é uma prática também corrente. De fato, a proximidade entre eles favorece não somente trocas econômicas (como a subcontratação em cascata, quando as encomendas excedem suas capacidades de produção), mas principalmente a trocas não-mercantis. Essa rede estreita de relações constitui a base da criação e da expansão de todo um conjunto de pequenos negócios que tornam o pequeno produtor o ator por excelência

dessa zona industrial. Em suma, é sobre ele que repousa toda a flexibilidade do sistema produtivo local.³

A família e a organização informal do trabalho

De outro lado, a dinâmica da pequena produção manufatureira pode também ser explicada pelos aspectos informais de seu funcionamento. A organização da produção nessas pequenas unidades se apresenta, via de regra, da seguinte maneira :

- um pequeno patrão, que é o pilar da empresa. Ele se encontra presente no ateliê, onde é aquele que possui a mais alta qualificação, e no escritório, onde "fica até tarde da noite para fazer as contas de sua empresa";
- uma imbricação profunda da família próxima do pequeno produtor na empresa,⁴ quer no momento da instalação do ateliê, quando ela fornece os recursos financeiros e constitui a primeira mão-de-obra — em alguns casos gratuita —, quer ao longo da trajetória dessas pequenas empresas, quando, então, ela constitui uma rede solidária em torno do pequeno produtor, ocupando-se de diferentes tarefas produtivas, assim como dos postos-chave de gestão; os pequenos produtores também utilizam com frequência os serviços dos ateliê, alguns deles compostos por membros da família (pais, irmãs, tias, etc.), que fornecem um auxílio regular e exclusivo à empresa;⁵
- a presença freqüente de um sócio, com o qual o pequeno produtor complementa suas habilidades técnicas no domínio da produção,

³ Pode-se mesmo dizer que a flexibilidade desse sistema tradicional de produção repousa, em particular, no trabalho feminino: as mulheres são encarregadas das tarefas mais desqualificadas e pior remuneradas, seja como operárias, seja trabalhando por conta própria em ateliês de costura, ou, ainda, ao lado de seus maridos nas pequenas unidades de produção (AZEVEDO, 1988).

⁴ Mesmo quando a família não se encontra diretamente envolvida em uma unidade de produção, ela pode contribuir de maneira importante nos períodos de ponta da indústria local: uma prática corrente na região é o operário trazer da fábrica encomendas a serem feitas em casa por sua mulher e seus filhos.

⁵ Uma análise mais sutil do funcionamento dos ateliês de subcontratação coloca em evidência uma distinção importante entre esses ateliês que pertencem a um membro da família, cuja prestação de serviços se justifica pelos laços efetivos com o pequeno produtor, e os demais ateliês, que trabalham sem nenhuma exclusividade ou garantia de estabilidade para diversas empresas contratadoras.

reparte responsabilidades e divide os riscos de uma instalação cujo futuro é sempre incerto e nebuloso;

- um sistema tímido de contratação de pessoal (o pequeno produtor recua face aos encargos sociais) proporcional ao crescimento da empresa;
- um funcionamento artesanal que não é incompatível com uma distribuição de tarefas relativamente hierarquizadas⁶ — embora uma parte do pessoal seja polivalente e capaz de assumir várias funções, são os operários mais qualificados e antigos que ajudam o proprietário na execução de tarefas consideradas importantes e estratégicas;
- uma gestão familiar e paternalista da empresa ("trabalha-se em família"), o que confere ao patrão uma grande margem de manobra em termos de salários, ritmo e horários de trabalho, determinados, em última análise, pelo carnê de encomendas;
- enfim, uma instalação inicial bastante simplificada por uma organização informal da produção, que supõe trabalhar sem registro, ocupar locais reduzidos, realizar um investimento mínimo (os gastos com equipamentos sendo ponderados pela compra de máquinas de segunda mão), trabalhar a dois ou três, bem como contratar a família e empregados sem carteira assinada.

Em suma, o comportamento da pequena produção segue uma certa lógica, que não é a mesma que a teoria econômica reserva à empresa capitalista: do conjunto de seus mecanismos de reprodução, deve-se enfatizar, aqui, o seu estilo familiar de funcionamento, que constitui a sua maneira por excelência de se adaptar à lógica do mercado. O emprego de uma mão-de-obra familiar mal-remunerada, ou mesmo gratuita, prestes a fazer horas-extras, constitui, de fato, uma estratégia do pequeno produtor para enfrentar as pressões econômicas e, sobretudo, a concorrência de unidades de maior produtividade. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa cooperação e essa cumplicidade familiar estão longe de constituir um pretexto à

⁶ Mesmo que essa divisão interna de trabalho possa parecer, à primeira vista, pouco nítida e sistemática, principalmente ao nível do discurso dos pequenos produtores: "(...) cada um faz um pouco de tudo", "(...) a empresa não tem hierarquia", "(...) nós somos uma equipe de amigos que trabalham juntos".

exploração, como interpretam algumas análises econômicas, em particular aquelas de inspiração marxista. Sua participação nessas pequenas unidades de produção representa, muitas vezes, uma estratégia de repartição de renda.⁷

Assim, se as relações familiares constituem a base da flexibilidade dessas micro-atividades, pode-se questionar até que ponto a participação da família nessas empresas não deveria ser considerada como um fator de desenvolvimento, ao invés de um arcaísmo a ser superado, perspectiva adotada habitualmente pela literatura econômica.

O território e a criação de empresas

A essa organização informal da produção corresponde um certo número de características sócio-culturais do Vale do Sinos favoráveis a essas iniciativas empresariais. De fato, existe nessa zona uma "atmosfera industrial"⁸, segundo Marshall (1906), que encoraja a criação de empresas e que resulta de:

- uma relativa identidade étnica e espacial. De um lado, a pequena produção é marcada pela colonização alemã que caracteriza a região do Vale do Sinos. Essa descendência, motivo de orgulho dos pequenos produtores, representa uma espécie de herança do *métier*. De outro lado, os dados relativos ao local de nascimento do produtor e ao local de instalação da empresa indicam também um profundo enraizamento local da mesma — a grande maioria dos pequenos produtores é originário da região onde eles instalaram suas empresas. Mesmo os migrantes não são considerados como totalmente estrangeiros em seu local de instalação, pois eles aí viviam há de muito tempo;

⁷ O que importa é o nível de renda da família e não as remunerações individuais, o que significa que os salários da mulher ou do jovem, mesmo se eles são inferiores ao salário mínimo, têm um valor positivo, pois constituem um suplemento à renda familiar (RICOVERI et al., 1991). A pesquisa de campo revela também, uma estratégia de distribuição de renda associada à mobilização da família do produtor fora do núcleo familiar.

⁸ Com expressão "atmosfera industrial", Marshall (1906) queria dar conta do ambiente favorável dos distritos industriais para o desenvolvimento de empresas em termos de concentração de recursos humanos, de herança cultural de um *savoir-faire*, de troca de informações e de competências. Tudo isso caracterizando uma cultura industrial de inscrição sócio-territorial.

- um caminho típico que marca a trajetória profissional do pequeno produtor e revela que a sua empresa é resultado de uma longa incubação — é depois de uma aprendizagem nos ateliês dos pais e/ou vizinhos,⁹ seguida de uma longa temporada na fábrica, que ele se instala por conta própria. Os dois indicadores que confirmam essa trajetória são a idade de instalação do pequeno produtor, cuja média supera os 30 anos, e o fato de dois terços dos entrevistados terem sido operários durante mais de 15 anos antes de criar suas empresas;
- um ambiente que favorece uma forte mobilidade intergeracional — os filhos sucedendo o pai proprietário da empresa —, assim como ascensional e/ou lateral no interior da fábrica. Nesse sentido, é bastante sugestivo o número de casos de pequenos produtores que debutam como operários em postos inferiores da hierarquia da empresa e que, "aprendendo aqui e ali", evoluem na sua carreira de assalariados;¹⁰ de fato, é através de um aprendizado prático na fábrica, baseado em uma pedagogia de imitação, que o operário acaba por dominar uma técnica específica ("sendo postos em contato com especialistas"). Além disso, nenhuma experiência de aprendizagem escapa ao contexto local;
- um itinerário sócio-profissional que fornece ao pequeno produtor um *savoir-faire* que vai constituir seu trunfo maior no momento da sua instalação como independente, pois ele compensa seus poucos recursos financeiros e sua escolarização reduzida; além disso, a passagem pela fábrica lhe dá a oportunidade de estabelecer diversas relações de mercado (clientes,

⁹ Chama-se atenção para o fato de que a aprendizagem nos ateliês familiares não é muito valorizada pelos pequenos produtores, pois ela resulta da representação de um passado que, frequentemente, lhes foge: para alguns, isso se deve ao caráter natural e aleatório de uma iniciação profissional que se efetua no seio da família; para outros, o esquecimento não é fortuito, ele resulta de uma espécie de pudor de evocar seus antecedentes, que desvendam, na verdade, uma origem social modesta e cuja influência se reveste de uma apreciação negativa, quase um estigma social. De fato, somente os herdeiros de pequenas empresas mais estruturadas dessa amostra e os empresários de médias e grandes empresas fazem menção voluntariamente ao passado vitorioso de seus ancestrais e reconhecem a tradição familiar e informal de suas empresas.

¹⁰ Isso não se aplica, no entanto, ao caso dos trabalhadores menos qualificados, que constituem uma mão-de-obra de extrema mobilidade: eles circulam (involuntariamente) por vários empregos e também pela região à procura de uma melhoria de sua situação profissional.

fornecedores, etc.), que serão bastante úteis para o desenvolvimento de seu próprio negócio.¹¹

Toda essa mobilidade oportuniza um movimento de ascensão social e mostra que a condição de operário é bastante próxima à de pequeno patrão, condição esta que ele almeja um dia alcançar.¹² O movimento inverso também pode ocorrer para os operários mais qualificados, que tentam várias vezes a aventura da independência e retornam à fábrica em caso de fracasso.

Disso resulta a afirmação de um forte espírito empresarial, que se explica também por um conjunto de circunstâncias relacionadas principalmente com a facilidade de contatos na região: a oportunidade de efetuar um negócio, o estímulo de companheiros, o encontro de um sócio e mesmo a saída (voluntária ou não) da fábrica são as motivações principais que levam os assalariados a fundarem uma empresa. No entanto essa trajetória do pequeno produtor não é um processo linear — a abertura de ateliês é constante, mas o "fechamento de portas" também —, nem estável, prova disso é que a maioria das empresas da amostra têm menos de 10 anos de vida.¹³

Em suma, se as condições que cercam a criação e a evolução da pequena produção lembram a atração que representa a relativa simplicidade de uma instalação informal, o itinerário para a independência resulta também do ambiente local. Os pequenos produtores, mesmo aqueles que trabalham em ateliês rudimentares, beneficiam-se da infra-estrutura da região, capaz de lhes oferecer todos os recursos de base que necessitam: matérias-pri-

¹¹ A importância desse itinerário pode ser também atestada pelo fato de que as taxas mais elevadas de instalações repetidas se observam justamente no grupo de pequenos produtores, que "nunca conheceram a condição de assalariado nessa profissão". Sua inexperiência manifesta-se sobretudo, por uma estréia precipitada, quando eles fazem a empresa crescer já no início e, somente após uma situação de falência, conseguem fundar a empresa atual, desta vez em bases mais modestas.

¹² Não se deve associar a "viscosidade" sócio-profissional dessa zona aos trabalhadores a domicílio, que constituem uma categoria pouco evolutiva, onde se alojam, geralmente, os trabalhadores de mais idade e as mulheres que alternam períodos de trabalho independente e de trabalho na fábrica. Aliás, isso caracteriza bem a mobilidade extrema do trabalho a domicílio, ao qual se pode ter acesso e sair com bastante facilidade.

¹³ A idade média relativamente baixa dessas empresas revela não somente a vulnerabilidade da pequena produção, mas também o medo do fisco, que leva os pequenos produtores a fazerem coincidir em seus depoimentos a data efetiva de criação da empresa com o seu registro formal, o que implica um intervalo de tempo de, pelo menos, dois anos.

mas, equipamentos, fornecedores e mercado para seus produtos. Em conclusão, o território tem um papel importante na dinâmica de aprendizagem da profissão e na criação e na coordenação dessas microatividades.

3.2.2 - O espaço da pequena produção do Vale do Sinos: um exemplo de SPL?¹⁴

O Vale do Sinos autoriza uma análise em termos do modelo de SPL, com a condição de serem levadas em conta as especificidades da região. Um primeiro aspecto a ser considerado é o da organização produtiva da região, que combina numerosos ateliês artesanais e grandes empresas, mecanizadas e concentradas. Essa combinação supõe uma forte articulação entre flexibilidade produtiva e flexibilidade social em consequência das estratégias das empresas, que buscam, antes de tudo, a redução de seus custos de produção pela diminuição dos custos de trabalho. O pagamento por peça dos ateliês de subcontratação supõe a ausência de contratos de trabalho e sugere a utilização de uma grande proporção de trabalho informal: se alguns desses ateliês são registrados oficialmente como microempresas, a maioria deles é clandestina, escapando a toda e qualquer forma de regulamentação ou de controle.

As relações dos ateliês subcontratados com as grandes empresas da região são, porém, muito importantes: se é um fato que muitas dessas microatividades são instáveis — algumas quase não lucrativas —, frágeis e temporárias, elas constituem uma alternativa de ocupação para os trabalhadores de estatuto precário, que podem se inserir no mercado de trabalho segundo as circunstâncias da conjuntura econômica local e suas motivações pessoais.

¹⁴ Não se trata aqui de fazer uma transposição do modelo do SPL ao caso do Vale do Sinos. O suporte desta análise sobre a pequena produção são os mecanismos que contribuem para a sua reprodução nessa zona em particular. Como ela constitui uma peça essencial na divisão local do trabalho, uma abordagem centrada em seu dinamismo pode, no entanto, servir de referência para melhor serem identificadas as especificidades do sistema local. Nesse sentido, este estudo poderá contribuir para eventuais reflexões a propósito dos limites e das possibilidades de um desenvolvimento a nível local, em países em desenvolvimento.

Com efeito, o Vale do Sinos oferece várias possibilidades profissionais, que vão do trabalho a domicílio à condição de empresário, passando pela de operário e a de trabalhador independente. Daí um segundo elemento a ser enfatizado e que se refere à dinâmica da passagem do setor informal para o setor formal como resultado de práticas de trabalho autônomo. Segundo essa amostra, é possível afirmar que essa zona industrial não somente torna possível, mesmo que individualmente à escala de um indivíduo, criar seu próprio negócio, como também descobrir potencialidades a explorar e, assim, desenvolver seu ateliê. Dessa forma, ainda que a dimensão econômica local indique uma zona industrial importante, caracterizada por um forte mercado de exportação e liderada por grandes e médias empresas, o potencial endógeno de desenvolvimento dessa região é indiscutível. Por outro lado, não parece ser correto opor pequenas e grandes empresas. Se elas constituem dois grupos antagônicos, suas funções aparecem como estreitamente complementares.

No entanto a economia do Vale do Sinos está ainda longe da imagem de uma economia solidária, baseada em normas concretas de regulação social, como ela se apresenta no modelo de SPL. De um lado, em termos de serviços e instituições, a infra-estrutura local tem uma influência relativamente reduzida no funcionamento da pequena produção, que tende a se voltar para ela mesma, a fim de encontrar as soluções para seus problemas. De outro, o próprio espaço dessas pequenas unidades de produção é socialmente fragmentado e bastante heterogêneo em termos de renda, mercado, qualidade de produtos e condições de trabalho, mas toda essa heterogeneidade não estimula a formação de um espírito coletivo. De fato, independência aqui é sinônimo de individualismo. Se nenhuma empresa se encontra ao abrigo da concorrência, a competição entre os pequenos produtores é ainda mais implacável. Apesar disso, eles mantêm relações personalizadas, baseadas em laços de reciprocidade que se estendem da família à comunidade. Trata-se, porém, de um tipo de cooperação que foge a qualquer forma de formalização e que se torna, assim, de difícil identificação e mensuração estatística.

4 - Conclusão

Esse perfil da pequena produção, delineado aqui em traços rápidos, fornece uma primeira imagem do sistema local do Vale do Sinos, isto é, de uma economia de proximidade, mas que apresenta uma dinâmica típica de países em desenvolvimento. Se não é possível a aplicação estrita do conceito de SPL, os elementos desse modelo podem, no entanto, constituir o centro de uma política que busque implementar uma dinâmica de desenvolvimento local nessas sociedades e que deverá levar em conta suas particularidades, seja ao nível das condições de reprodução da força de trabalho (para a qual o setor informal tem uma função importante), seja ao nível da intervenção do Estado, cuja natureza centralizada impõe limites a ações de instituições locais.¹⁵

O exemplo do Vale do Sinos mostra, no entanto, que não se deve negligenciar o conceito de SPL, na medida em que esse modelo enfatiza o caráter endógeno do desenvolvimento e abre perspectivas estimulantes para a formulação de políticas que preservem e promovam os recursos de cada região. Com efeito, as industrializações endógenas representam não somente um meio de melhorar o nível de renda das populações de certas regiões nos países industrializados, mas também um meio mais acessível às possibilidades de países em desenvolvimento (SABEL, 1986). Nesse sentido, o futuro do Vale do Sinos depende de um projeto que favoreça as iniciativas locais, através da implantação de estratégias adaptadas à vida e às potencialidades locais.

Bibliografia

- AZEVEDO, Beatriz (1988). Notas sobre o trabalho feminino fabril à domicílio. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.9, n.1.
- BECCATINI, G. (1979). Dal settore industriale al distretto industriale. **Rivista di Economia e Politica Industriale**, n.1.

¹⁵ Ver sugestões sobre políticas locais adaptadas aos distritos industriais dos países em desenvolvimento em Schmitz (1993a).

- BECCATINI, G. (1987). **Mercato e forze locali: il distretto industriale.** Bologna : Il Mulino.
- CACCIAMALI, Maria C. (1983). **Setor informal urbano e formas de participação na produção** São Paulo : FIPE.
- COURLET, C. (1983). Industrialisation et développement: analyse traditionnelle et mouvements récents. **Economie et Humanisme**, n.289, mai/juin.
- COURLET, C., SOULAGE, B. (1993). **Dynamiques industrielles et territoire.** Grenoble : IREP-D. (Notes de travail, n.12).
- GAROFOLI, G. (1983). Sviluppo regionale e ristrutturazione industriale: il modello italiano degli anni 70. **Resegna Economica**, n.6, nov./dec.
- GAROFOLI, G. (1986). Le développement périphérique en Italie. **Economie et Humanisme**, n.289, mai./juin.
- JUDET, P. (1981). **Les nouveaux pays industriels.** Paris : Les éditions Ouvrières.
- LATOUCHE, S. (1991). **La planète des naufrages: essai sur l'après - développement.** Paris : La Decouverte.
- MARSHALL, Alfred (1906). **Principes of economics.** London : Macmillan. (Trad. fran.: Principes d'économie politique, Gramma. 1971. 2t.)
- MARSHALL, Alfred (1934). **L'industrie et le commerce.** (Trad. do ingl.: Industry and trade. 1920).
- MELA, A. (1992). **Les dimensions socio - culturelles du développement.** (Document GLYSI).
- PECQUEUR, B. (1986). Crise économique, crise du discours sur l'espace. **Economie et Humanisme**, n.289, mai./juin.
- PECQUEUR, B., SILVA, M. (1988). Industrialisation diffuse et développement. **Cahier IREP-D**, Grenoble, n.27, mai.
- RICOVERI, G. et al. (1991). Travail et conditions sociales dans les districts industriels italiens. **Travail et Société**, v.16, n.1.
- SABEL, C. (1986). Industrializzazione del Terzo Mondo e nuovi modelli produttivi. **Stato Mercato**, n.17, août.
- SCHMITZ, H. (1993). **Small shoemakers and fordist giants: tale of a supercluster.** Institute of Developmesnt Studies. (Discussion paper, n.331).

SCHMITZ, H. (1993a). **Industrial districts in Europe**: policy lessons for developing countries? Institute of Development Studies. (Discussion paper, n.324).

TECNOLOGIA e competitividade: análise e perspectiva da indústria calçadista do RS (1992). Porto Alegre : SEBRAE.

Abstract

This paper analyses the organization dynamics of production micro units in Rio Grande do Sul's Vale do Sinos region. This study locates itself in the intersection of two problems: one which refers to the issue of informality, and another which uses the recent contributions to development economics articulated by the concept of "local productive system". Our aim is to show that the working rationality of these activities is combined with a territorial logic that explains most of its dynamism in the studied region.